



MeetOn “Economia Circular dos Dados” CONCLUSÕES

06 de julho de 2021

A APDSI, através da sua área de Política Digital e Governança, dinamizou e promoveu o MeetOn “Economia Circular dos Dados” a 1 de julho – o 17.º.

Este encontro online moderado pela Vogal da Direção da APDSI Filipa Fixe, contou com a participação do Secretário de Estado para a Transição Digital, André de Aragão Azevedo, de Francisco Lima, Presidente do Instituto Nacional de Estatística (INE) e Professor no Instituto Superior Técnico, de Luís Antunes, DPO na Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), Professor no Departamento de Ciência de Computadores na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (DCC – FCUP) e Diretor do Centro de Competências de Cibersegurança e Privacidade (C3P) na mesma Faculdade, de Miguel Gaspar, Vereador da Economia e Inovação, Mobilidade e Segurança na Câmara Municipal de Lisboa, e de João Mota Lopes, Public Sector Lead Account Manager da Oracle, empresa patrocinadora do evento.

Em março deste ano a Comissão Europeia emanou um conjunto de diretrizes para a visão da transformação digital da Europa em 2030 assente em quatro pilares: em

competências, no governo, em infraestruturas e em empresas. Os dados são o alicerce fundamental deste plano de ação para a transição digital que também tem eco em Portugal (<https://dre.pt/application/conteudo/132133788>). Pessoas, empresas e Estado deverão caminhar juntos neste sentido.

A Economia Circular dos Dados é um dos eixos catalisadores dentro do Plano de Ação para a Transição Digital de Portugal, diz o Secretário de Estado para a Transição Digital. Este conceito resulta da fusão de dois outros conceitos: “Economia dos Dados”, assente no reconhecimento do valor económico dos dados objeto de tratamento em larga escala e, no conceito de “Economia Circular” que se baseia numa lógica de reutilização sucessiva e de extração de valor e de conhecimento a partir dos mesmos dados, mas aplicado em diferentes contextos. Os dados crescem a um ritmo exponencial, tornando-se, para quem lhes consegue extrair valor, uma ferramenta de progresso sem igual. **“A correta exploração dos dados permite a criação de ecossistemas mais ambiciosos do ponto de vista empresarial”, ressalva André de Aragão Azevedo.**

Estamos a assistir a uma mudança estrutural do padrão da nossa economia e há indicadores que confirmam a alteração do nosso paradigma económico. Note-se o crescente nível tecnológico das nossas exportações e do perfil exportador de Portugal que tem assistido a um crescimento da despesa em ID desde 2015, ainda que esteja aquém dos valores de outros países, demonstra que “temos capacidade de explorar melhor os nossos dados o que também permite expandir as vantagens competitivas do nosso país”.

Ciência e Academia têm de estar juntas para garantir a resiliência e competitividade da economia que passa por esta capacidade de se gerar valor acrescentado, apostando na exploração dos dados e na *cloud*. Para tal, terá de se criar um ecossistema digital cada vez mais aberto que permita às empresas europeias concorrerem a um nível mais global. Este ano foi aprovada uma Estratégia de *Cloud* para a Administração Pública em Portugal que define como prioridade o recurso a sistemas de *cloud* - *cloud first*. “É eficiente, elimina recursos, promove a cibersegurança e aumenta padrões de privacidade”, justifica o Secretário de Estado para a Transição Digital, enquanto acrescenta que, neste momento, está a ser desenvolvida uma Estratégia Nacional de

Dados, a qual tem como base os princípios e pilares da Estratégia Europeia para os Dados.

O traço distintivo da Estratégia Nacional de Dados passa pela garantia da lógica tripartida: dados da AP, da ciência e investigação e da economia: “estes setores não podem funcionar em silos. O objetivo é comum (...)”.

Qualquer pacto para o digital tem de garantir que a Europa é soberana em matérias como armazenamento, utilização e interoperabilidade de dados. Outro eixo é a capacitação dos indivíduos com competências específicas na área dos dados para nos tornar relevantes enquanto país num contexto cada vez mais alargado.

A Diretiva de Dados Abertos regula a reutilização dos documentos existentes na posse de organismos do setor público e empresas públicas e ainda dos dados de investigação financiadas por fundos públicos. Regra geral, os documentos serão disponibilizados em qualquer formato ou linguagem em que já existam e, sempre que possível, em formatos que sejam abertos, legíveis por máquina, acessíveis e localizáveis e reutilizáveis, juntamente com os respetivos metadados. Esta reutilização será, em regra, gratuita, conforme enquadra o Secretário de Estado para a Transição Digital.

Por outro lado, Portugal aderiu em maio à iniciativa europeia Gaia-X, a qual pretende criar uma infraestrutura de dados de alto desempenho, competitiva, segura e confiável para a Europa, que permita uma capacidade de armazenamento e de processamento descentralizada, com total transparência, aberta e flexível do ponto de vista tecnológico e interoperável, que em última instância permita retirar conhecimento e extrair valor de toda a informação existente no espaço europeu. Este projeto vem estabelecer objetivos comuns para os seus membros como soberania de dados, interoperabilidade, portabilidade, autenticidade e confiança e transparência. Para alcançar a soberania digital da Europa no sentido de reforçar as suas próprias competências e tecnologias, o sucesso deste projeto é, portanto, crucial. O Secretário de Estado para a Transição Digital reforça assim a importância das empresas se tornarem membros do *hub* nacional que se encontra agora a ser desenvolvido.

João Mota Lopes, Public Sector Lead Account Manager da Oracle, reforça que a tecnologia atual permite extrair conhecimento dos dados. As organizações recorrem a tecnologia que seja sustentável nos seus propósitos, sendo a interoperabilidade um dos mais importantes fatores nesse processo. A Oracle, nesta sua senda de transformar informação em conhecimento, vê com bons olhos uma parceria com o Portugal Digital no sentido de ter possibilidade de oferecer às entidades públicas várias alternativas para este caminho digital de que **“todos beneficiamos”**.

Para Francisco Lima, Presidente do Instituto Nacional de Estatística (INE – maior fornecedor de open data) e Professor no Instituto Superior Técnico, a Economia Circular incorpora vários conceitos, conforme o Governo que está a tratar do open data (dados abertos) e também os conceitos de open data não são uniformes.

Deixando uma explicação sobre reutilização dos dados, o Professor **Francisco Lima** descreve que o INE, enquanto autoridade estatística, é independente e produz um bem público – os dados passam para a sociedade e para as empresas, mas também para o decisor político.

Em jeito de balanço dos Censos deste ano, 99,3% da recolha foi feita no digital, “o que se traduz em muito papel para reciclar”, afirma Francisco Lima.

De que dados se fala quando se fala nos dados do INE? Tradicionalmente eram feitos inquéritos em papel e agora avança-se para a reutilização de dados administrativos para pessoas e empresas que depois é aproveitada para dados estatísticos, ou seja, há um duplo aproveitamento dos dados.

O INE também disponibiliza inquéritos sobre evolução de produtos e processos, que são muito utilizados pela comunidade científica, que já usa muito os micro-dados. O grande salto, agora, é passar para os dados das pessoas, o que permite “antever e conseguir substituir o Censos atual por dados administrativos (Cartão de Cidadão, Identificação Fiscal ou dados do SEF, por exemplo)”. Deste modo, consegue fazer-se uma “espinha-dorsal” da população que permite acompanhar de forma mais abrangente e imediata os dados e, conseqüentemente, o conhecimento que daí

resulta. O valor desses dados está na capacidade de utilização da informação daí resultante.

Por opção, o INE não recorre à *cloud* para armazenar dados de cidadãos e empresas que são possíveis de identificar positiva ou negativamente para não se perder confiança neste organismo.

Aceder aos dados dos telemóveis para, daí, criar padrões de mobilidade, será um futuro desejável e apetecível para as empresas e para o turismo, mas neste âmbito a Europa caminha a um ritmo mais lento porque muitas dessas fontes são privadas. **“É fascinante o que ainda se pode fazer”**, conclui o Presidente do INE.

A Câmara Municipal de Lisboa trabalha muito os dados abertos e, não será por acaso, que o setor digital da capital é o que mais tem crescido, mesmo no período mais crítico da pandemia. **Miguel Gaspar, Vereador da Economia e Inovação, Mobilidade e Segurança na Câmara Municipal de Lisboa, descreve que existe uma comunidade crítica nestes assuntos em Lisboa criando um “ambiente muito vivo e uma grande pujança económica nesta área”.**

Para atrair talento, contudo, é necessário ter uma cidade preocupada com os cidadãos e com o ambiente – a base do conceito de uma *smart city* – que também está relacionada com pessoas e processos. Sendo a Câmara um grande empregador, ser mais eficiente passa por digitalizar processos e trabalhar melhor os seus dados, apostando na política do *open data* com qualidade, sejam dados vindos de terceiros ou disponibilizados a terceiros. “Se os dados forem maus, não nos servem, daí a necessidade do controlo”, esclarece o engenheiro Miguel Gaspar.

A pandemia foi um enorme acelerador da transformação digital no Município, nas mais variadas áreas, daí que, à data de hoje, Lisboa esteja a apostar em soluções assentes na lógica do registo único do munícipe, que permita uma interação mais simples do cidadão com a sua cidade. Feito este caminho, é mais fácil cruzar dados relativos à vida do cidadão dentro da própria Câmara. A título de exemplo, o Vereador partilhou no MeetOn que já foi feita uma parceria com a Vodafone no sentido de se perceber onde e quando se regista uma maior afluência de pessoas na cidade, permitindo uma análise

de dados útil e transversal a vários serviços. Toda a tecnologia dos anos 80 da sinalização semafórica da cidade também está a ser modernizada no sentido de se reaproveitar todos os dados recolhidos. **Entidades públicas e privadas têm de cooperar para acrescentar valor às organizações. “Há um enorme caminho a trilhar de confiança uns nos outros”, finaliza.**

Luís Antunes, DPO na Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), Professor no Departamento de Ciência de Computadores na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (DCC – FCUP) e Diretor do Centro de Competências de Cibersegurança e Privacidade (C3P) na mesma Faculdade, acredita num mundo tecnológico, desde que preservados os direitos, liberdades e garantias que tanto demoraram a ser conquistados e damos por adquiridos no mundo não digital. Proteção de dados e cibersegurança é gestão de risco. A partir do momento em que estamos ligados à internet seja em que *device* for, é um risco que tem de ser gerido com transparência.

O Professor questiona a segunda finalidade com que as operadoras móveis utilizam dados dos Municípios.

A Economia Circular dos Dados tem a ver com *open data*; algo muito usado, por exemplo, na gestão de resíduos urbanos na região do Porto. **Estes não são dados pessoais; são dados úteis para projetos de investigação científica porque facilitam a cocriação nas empresas e a partilha da informação, considera Luís Antunes.** O *open data* não é um problema de proteção de dados, “a menos que não tenha sido feito um bom trabalho na anonimização dos mesmos”. Para cada projeto deve ser feita uma avaliação de impacto e do risco da partilha desses dados.

Quando se fala em economia de dados, é importante ter presente as projeções do verdadeiro valor desses dados. “As empresas vão dizer que o risco é baixo, mas pode não o ser porque o prémio é elevado, de grande valor”, acrescenta.

Até 2018 quem fazia a avaliação de risco era o regulador. Desde essa altura, as universidades não formaram profissionais na área e o mercado não está preparado com profissionais competentes para o fazer.

CONCLUSÕES / NOTAS FINAIS

- O real valor dos dados só é possível calcular se houver diálogo e partilha de dados entre organizações;
- A probabilidade de identificação do detentor dos dados anonimizados pode não ser zero;
- “As autoridades estatísticas podem aceder aos dados das operadoras” – esta é uma possibilidade de vir a integrar a lei;
- Desafios na área do ambiente, saúde e bem-estar integrarão as chamadas *smart cities* e estarão contemplados no processo de decisão dos Municípios;
- Vale a pena saber em que informação e em que processos vale a pena investir para se conseguir ter um impacto positivo na vida dos cidadãos;
- A partilha de dados a entidades parceiras, para efeitos secundários, pode não ser necessária; o parceiro pode, isso, sim, fazer “perguntas” aos nossos dados, garantindo como resposta dados agregados e não pessoais.

SOBRE A APDSI

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e sociais, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, a Governação das TIC, a Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação e as Competências digitais.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

ASSOCIE-SE

URL | www.apdsi.pt

email | secretariado@apdsi.pt

APDSI

ASSOCIAÇÃO
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Associação de Utilidade Pública
ONG – Organização Não Governamental

Rua Alexandre Cabral, 2C – Loja A
1600-803 Lisboa – Portugal
URL: www.apdsi.pt

Tel.: (+351) 217 510 762
Fax: (+351) 217 570 516
E-mail: secretariado@apdsi.pt

Patrocinador

ORACLE

Patrocinadores Globais da APDSI

 accenture

 aws



 Google